

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Conta de luz terá bandeira amarela em outubro	1
Título: Lei de FHC pode turbinar privatizações	2
Título: O cheque Bolsonaro.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Preço da gasolina atinge maior nível em três meses.....	6
Título: Navio em PE é investigado por vazamento de óleo no Nordeste.....	6
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Governo quer usar R\$ 2,8 bi da Eletrobras em Angra 3	8
Título: Witzel quer terminar metrô da Gávea no ano que vem.....	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Gasolina fica 2,5% mais cara nas refinarias	10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: Conta de luz terá bandeira amarela em outubro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que as contas de luz vão ter bandeira amarela em outubro. Com isso, a taxa extra será de R\$

1.50 a cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh). Em agosto e setembro, vigorou a bandeira vermelha em seu primeiro patamar, com taxa de R\$ 4,00 a cada 100 kWh consumidos.

“Outubro é um mês de transição entre a estação seca e o início do período úmido nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A previsão hidrológica para o mês sinaliza elevação das vazões afluentes aos principais reservatórios, o que também permitirá reduzir a oferta de energia suprida pelo parque termelétrico”, informou a Aneel.

No sistema de bandeiras tarifárias, em vigor desde 2015, a cor verde não tem cobrança de taxa extra, indicando condições favoráveis de geração de energia no País. Na bandeira amarela, com condições menos favoráveis, a taxa extra é de R\$

1.50 a cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha pode ser acionada em um dos dois níveis cobrados. No primeiro nível, o adicional é de R\$ 4,00 a cada 100 kWh. No segundo nível, a cobrança extra é de R\$ 6,00 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias indicam o custo da energia gerada para possibilitar o uso consciente dos recursos. Antes do sistema, o custo da energia era repassado às tarifas no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros.

A bandeira amarela deve aliviar a inflação (IPCA) em 0,18 ponto porcentual, segundo as contas do economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados. A projeção para o índice do mês caiu de 0,25% para 0,11%, levando o acumulado em 12 meses para 2,62%, abaixo do piso da meta (2,75%), o que não ocorria desde maio de 2018. / COLABOROU THAÍS BARCELLOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Rafael Moraes Moura/ BRASÍLIA

Título: Lei de FHC pode turbinar privatizações

Governo quer usar legislação que garantiu venda da Vale e da Telebrás para dar agilidade ao seu programa de venda de estatais

Para dar agilidade ao programa de privatizações, o governo vai usar uma lei do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que permitiu a venda da Vale

e da Telebrás. Agora, a equipe do presidente Jair Bolsonaro quer repassar à iniciativa privada ABGF (seguradora), Telebrás (dona de redes de fibra ótica usadas na internet banda larga), Serpro (que cuida do processamento de dados da declaração do Imposto de Renda e de infrações de trânsito, por exemplo) e Dataprev (que processa os pagamentos de benefícios do INSS, entre outras coisas).

Essa lei de 1997 permitiria ainda que o governo privatizasse, se desejar, empresas como Infraero e todas as Companhias Docas, que administram os portos nos Estados. Não permitiria, no entanto, a venda das chamadas “joias da coroa”: Petrobrás, Caixa, Banco do Brasil, Eletrobrás e Correios, nem da Casa da Moeda. Petrobrás, Caixa e Banco do Brasil são exceções citadas na própria Lei 9.491/1997, sancionada por FHC.

No caso da Eletrobrás, como a empresa foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) por lei, durante o governo Lula, a avaliação é que ela precisaria de outra lei para ser incluída novamente. Por isso, o governo deve enviar uma proposta própria ao Congresso para tratar do tema, que, no entanto, já enfrenta resistência – o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), já disse que a bancada de senadores do Norte e Nordeste é contra, inclusive ele mesmo.

Já os Correios e a Casa da Moeda têm atividades com monopólio assegurado pela Constituição. A avaliação é a de que seria preciso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para retirar essas atribuições ou, no mínimo, de uma nova lei mudando o marco legal dos setores em que elas atuam.

Controle. Hoje, a União detém 133 estatais federais, das quais 87 são subsidiárias e já não precisam de lei para serem privatizadas – é o caso de Caixa Seguridade e Transpetro, por exemplo, para as quais a venda é uma decisão da “empresa-mãe”, respectivamente, Caixa e Petrobrás. As demais 46 são de controle direto da União, e a lei atual valeria para 40 delas – para isso, bastaria incluí-las por decreto no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que substituiu o PND.

O governo viu uma brecha para tocar as privatizações nos termos da lei de 1997 com base em julgamentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF). A questão da exigência legal foi tratada em junho, quando o Supremo decidiu que a venda ou perda de controle acionário de subsidiárias de estatais não precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. No mesmo julgamento, o STF proibiu o governo de vender as estatais de controle direto sem autorização legislativa.

Isso gerou especulações sobre a necessidade de enviar ao Congresso dezenas de leis diferentes, uma para cada estatal a ser privatizada. A avaliação, porém, é

que a exigência não significa uma lei específica para cada estatal, bastando, para isso, uma lei genérica sobre o assunto – ou seja, a lei que já existe. O governo aguarda apenas a publicação do acórdão pelo Supremo para retomar os planos de privatizações com base nesse entendimento.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, o ministro Ricardo Lewandowski está terminando de revisar a ementa do voto sobre a venda de subsidiárias. Outros ministros ainda precisam liberar os seus respectivos votos para que o acórdão seja publicado, o que pode esclarecer pontos do julgamento. Mas, no Ministério da Economia e na Advocacia-Geral da União (AGU), não há dúvidas: o STF exigiu lei e o governo já possui essa lei.

Um outro julgamento, realizado no plenário virtual da Segunda Turma do STF no fim de agosto, foi interpretado pelo Palácio do Planalto como uma “sinalização muito positiva” às pretensões do governo. Naquela ocasião, os ministros discutiram uma ação do Partido dos Trabalhadores contra uma lei do Estado do Rio Grande do Norte que instituiu o Programa Estadual de Desestatização. O Ministério da Economia foi procurado, mas não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: O cheque Bolsonaro

Os presidentes Davi Alcolumbre (Senado) e Rodrigo Maia (Câmara) fecharam um acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para garantir a realização ainda este ano do megaleilão de petróleo na área de exploração do pré-sal da cessão onerosa. O leilão está marcado para novembro, mas a solução para agilizar o processo pode sair cara para o governo federal.

Lideranças partidárias já antecipam que querem tirar uma fatia maior dos recursos que serão arrecadados no leilão. Querem irrigar com mais dinheiro, sobretudo, para os cofres dos governos regionais, principalmente para as prefeituras, às vésperas das eleições do ano que vem. À boca pequena, o que se ouve no Congresso é que parlamentares não querem mesmo é deixar o presidente Jair Bolsonaro com o cofre muito cheio para alimentar obras e os programas do seu governo nos próximos meses. A estratégia é, sim, desidratar a parte do bolo que vai para o presidente.

Não dá para esquecer que o cheque do leilão de petróleo é altíssimo: R\$ 106,5 bilhões. A Petrobrás fica com R\$ 33,6 bilhões dos recursos arrecadados com o leilão, o chamado bônus de assinatura. O restante – R\$ 72,8 bilhões – iria todo

para o governo federal, porém, acabou sendo repartido com Estados e municípios numa negociação que, na prática, começou já na transição de governo, depois que Guedes acenou com o discurso de “menos Brasília e mais Brasil”. Pelo acerto feito no Senado para a partilha, R\$ 10,95 bilhões (15%) seriam repassados a Estados; outros R\$ 10,95 bilhões (15%) para os municípios e R\$ 2,19 bilhões (3%) seriam distribuídos para os Estados onde estiverem localizadas as jazidas de petróleo.

Sobrou para Bolsonaro e seu time a fatia de R\$ 48,9 bilhões – receita que pode ajudar muito o governo a reduzir o déficit. É essa parcela que pode cair ainda mais, a depender do que a Câmara e o Senado decidirem agora que a PEC da cessão onerosa foi fatiada com o acordo Alcolumbre-Maia-Guedes fechado quarta-feira passada. Pelo combinado, a PEC foi promulgada por Alcolumbre sem a definição da partilha. Ela abre caminho para o leilão, mas deixou para depois a divisão do bolo. É aí que mora o problema. É que a PEC foi votada pelos deputados e aprovada pelo Senado, mas como foi modificada na partilha, teve que voltar novamente para a Câmara.

O processo estava lento justamente pelo desejo de muita gente de não dar um cheque muito gordo para o presidente. O consenso que estava se formando antes do acordo era o deixar a votação da PEC em banho-maria. Se a equipe econômica ganhou agilidade com o leilão, terá que agora esperar para saber como fica a partilha. Para complicar, governadores não gostaram nada de saber que os prefeitos podem ficar com uma parcela maior do que a deles. O Ministério da Economia está certo que o acordo será respeitado e não haverá traição. Vai deixar, inclusive, uma reserva no Orçamento para passar 30% do dinheiro arrecadado com o leilão para Estados e municípios. O que está difícil de saber agora é o que acontece se o leilão ocorrer antes que a partilha seja fechada.

A novela pela cobiça do pré-sal continua. Reforma tributária. A divisão das receitas futuras também já chegou à reforma tributária. Para viabilizar a sua aprovação, a ideia é criar um Fundo de Desenvolvimento Regional com o dinheiro que a União terá a receber no futuro com os royalties do pré-sal. O governo tem que ter cuidado para não deixar que a discussão federativa de descentralização de receitas contamine a reforma tributária a tal ponto que ela se torne totalmente inviável. Tem que mandar logo a proposta e parar com esse discurso de que é melhor fazer a reforma tributária só dos tributos federais, deixando o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios para depois.

Precisa usar o seu capital político para limitar o grau de descentralização de receitas ao que é “possível” na situação atual para ter as rédeas do processo. Sem o controle, terá muitos problemas no longo prazo com a diminuição do cheque para Bolsonaro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/09/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Preço da gasolina atinge maior nível em três meses**

A Petrobras elevou nesta sexta-feira (27) o preço médio da gasolina em suas refinarias em 2,62%, para R\$ 1,7949 por litro, maior nível em mais de três meses.

O reajuste ocorreu após a companhia ter aumentado em 3,5% o preço da gasolina na quinta da semana passada, no primeiro ajuste após ataques a instalações sauditas que impulsionaram os preços globais do petróleo. Naquela oportunidade, também elevou o valor do diesel em 4,2%.

No reajuste desta semana, a Petrobras não alterou o valor do diesel.

Na semana, os contratos futuros da gasolina negociados nos Estados Unidos acumulam queda de cerca de 1,5%. O câmbio, outro fator utilizado pela Petrobras para acompanhar a paridade internacional dos combustíveis, está praticamente estável no acumulado da semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/09/2019****Seção: Especial****Autor: João Valadares****Título: Navio em PE é investigado por vazamento de óleo no Nordeste**

Imagem de satélite pode ajudar a desvendar origem da mancha que atingiu pelo menos 109 locais de 50 municípios

Uma imagem de satélite que registra suposto navio na costa pernambucana no início deste mês pode ajudar a desvendar a origem da mancha de óleo que atingiu pelo menos 109 locais de 50 municípios em oito estados nordestinos nos últimos 25 dias.

O grupo que analisa o caso, composto por órgãos ambientais estaduais e federais e pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), identificou um ponto em alto mar com uma mancha ao lado.

Ainda não há resultado conclusivo. A grande dificuldade é a qualidade da imagem, que foi aproximada para se analisar ponto a ponto.

Eduardo Elvino, diretor de controle de fontes poluidoras da CPRH (Agência Pernambucana de Meio Ambiente) que estuda o problema desde o início em parceria com a UFPE e a UFRPE, diz que as imagens são distorcidas e, por isso, a análise é bastante dificultada.

“A gente está analisando pixel a pixel (ponto a ponto). Identificamos um ponto, que seria um suposto navio, e estamos trabalhando para saber a densidade desta mancha.”.

Ainda não tem como precisar a distância entre o ponto que está sendo analisado e a costa pernambucana.

Marcus Silva, professor do departamento de oceanografia da UFPE, que também trabalha no grupo de investigação, declarou que, pela quantidade de óleo descartada, é preciso análise muito detalhada para saber se o material teve origem na mesma fonte.

“É um quebra-cabeça. Pego o mapa de vento e a imagem de satélite para construir esse padrão. O tempo de chegada na costa vai dar um histórico para apontar há quanto tempo isso está viajando”, declara. Ao contrário do que a CPRH informou na quinta (26), a mancha de óleo avança aproximadamente 10 centímetros por segundo, e não a 30 cm por hora.

Os primeiros materiais começaram a aparecer nas praias nordestinas no dia 2 de setembro em oito estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Na região, só a Bahia não foi atingida.

A análise das amostras do óleo feitas pela Petrobras e pela Marinha revelou que a substância é petróleo e não é de origem brasileira.

A fauna também foi afetada. Em quatro estados, foram encontradas mortas seis tartarugas marinhas e uma ave (bobo-pequeno). Outras duas tartarugas foram resgatadas com vida.

O Ibama orienta que banhistas e pescadores não entrem em contato com o óleo e que, se identificarem o material, notifiquem a prefeitura. Ao encontrar animais sujos, não se deve lavá-los ou devolvê-los ao mar, mas acionar os órgãos ambientais.

Colaborou Matheus Moreira

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/09/2019****Seção: Economia****Autor: PEDRO CAPETTI****Título: Governo quer usar R\$ 2,8 bi da Eletrobras em Angra 3**

Recursos permitiriam retomada das obras. Ministro diz que projeto de privatização da estatal será enviado ao Congresso em outubro

As obras na usina nuclear de Angra 3, paradas desde 2015, devem ser retomadas no primeiro semestre do ano que vem, afirmou ontem o presidente da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães. Isso seria feito com R\$ 2,8 bilhões da controladora Eletrobras. A definição do investimento deve ser concluída até o fim de outubro.

Na prática, os recursos da Eletrobras serão uma antecipação do montante que será necessário para que a empresa seja majoritária na usina. Deve ser criada uma sociedade de propósito específico (SPE), pela qual o investidor, minoritário, seria um dos sócios e concluiria a construção de Angra 3.

— São R\$ 2,8 bilhões na modelagem SPE. A ideia é que esses R\$ 2,8 bilhões da Eletrobras possam retomar a obra antes de fechar a parceria — disse Guimarães em evento na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

GASTOS JÁ SOMAM R\$ 9 BI

O governo quer retomar as obras antes do chamamento público para empresas privadas interessadas em terminar a construção da usina, previsto para o segundo semestre de 2020. A ideia é tornar Angra 3 mais atraente para investidores. Segundo Guimarães, o BNDES está fazendo estudos para escolher o melhor modelo de atração do capital externo. A definição deve sair até o fim do ano.

Dos R\$ 24 bilhões previstos para a construção da usina, a Eletrobras já gastou cerca de R\$ 9 bilhões. Como a Constituição prevê que a União seja majoritária na operação — ou seja, precisa de um aporte superior a R\$ 12 bilhões —, a Eletrobras entraria agora com novos recursos. O restante viria das empresas interessadas em operar na usina, que ficariam com 49% de participação na SPE. O setor privado não pode ter o controle porque a exploração de insumos nucleares é monopólio da União.

Guimarães lembrou que o governo gasta, por mês, cerca de R\$ 2,5 milhões para manter os equipamentos. Ele espera que, com a chegada de um parceiro privado e a retomada das obras, a usina comece a produzir energia em 2026.

O presidente da Eletronuclear disse ainda que o governo quer construir mais seis centrais nucleares até 2050. Isso demandaria um investimento de US\$ 30 bilhões.

Também na FGV, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que vai enviar ao Congresso no início de outubro o projeto de lei para a privatização da Eletrobras. Ele espera que o texto passe nas duas Casas até o segundo semestre de 2020.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/09/2019

Seção: Rio

Autor:

Título: Witzel quer terminar metrô da Gávea no ano que vem

Governador diz que se reuniu com AGU para acelerar liberação de recursos da Lava-Jato; obra também dependeria de royalties

Apesar de ainda aguardar um parecer favorável da Advocacia Geral da União (AGU) ao pedido de repasse, para o estado, de R\$ 350 milhões de recursos desviados da Lava-Jato, o governador Wilson Witzel afirmou ontem que já conta com esse dinheiro para concluir, em um ano, as obras da estação do metrô da Gávea — o que finalizaria o traçado da Linha 4. A complementação da obra custaria cerca de R\$ 1 bilhão. Segundo o governador, o restante do dinheiro necessário viria de uma participação que os estados têm direito nas receitas que a União deverá arrecadar em novembro em um leilão de lotes do pré-sal.

— Vamos receber cerca de R\$ 2,5 bilhões do mega-leilão do petróleo, o que nos permitirá investir em obras — estimou Witzel, que disse ter se reunido esta semana com André Mendonça, titular da AGU, para tentar acelerar a liberação dos recursos.

O governador, que chegou a anunciar a possibilidade de aterrar o buraco da estação (alternativa não recomendada em um estudo da PUC-RJ), marcou para a próxima quinta-feira uma reunião com engenheiros da Secretaria de Infraestrutura para estabelecer um cronograma de retomada das obras. Mas há problemas técnicos e jurídicos que podem dificultar o cumprimento da promessa.

O buraco da estação do metrô da Gávea está cheio de água desde janeiro de 2018. As obras no local só podem ser retomadas depois do esvaziamento completo, que pode levar até quatro meses.

DESPESAS COM A UERJ

Em relação à crítica do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal a um novo plano de cargos e salários para a Uerj, Witzel disse que entrará até o próximo dia 3 com uma ação de inconstitucionalidade para tentar suspender os efeitos da lei que autorizou o novo gasto.

Em nota, a Uerj diz que não houve irregularidade porque a reestruturação foi criada antes da adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/09/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni/Catarina Loiola

Título: Gasolina fica 2,5% mais cara nas refinarias

A Petrobras aumentou ontem a gasolina em 2,5% nas refinarias. O preço do diesel ficou estável. A elevação ocorre uma semana depois de uma majoração de 3,5% no combustível mais usado nos carros de passeio. Os preços praticados, sem impostos, na refinaria, subiram de R\$ 1,724, em 19 de setembro, para R\$ 1,768. Com o aumento, a gasolina acumula alta de cerca de 6,1% nas distribuidoras desde a semana passada. Nos postos do Distrito Federal, quem correu para abastecer antes do aumento ainda encontrou o litro a R\$ 3,99.

Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), afirmou que não existe um prazo para o revendedor repassar o valor do combustível. Porém, ele afirmou que quem vende muito barato trabalha no preço de custo. “Ou o revendedor está fazendo alguma falcatura. Não tem outra explicação”, disse.

Conforme a pesquisa do Correio, os postos Shell e BR, na Ceilândia Centro, e do posto Ipiranga, na Estrutural, estavam com o menor preço. Dos 36 estabelecimentos pesquisados (veja tabela), 25 reduziram os preços e apenas um elevou os valores nas bombas, em comparação com a pesquisa do dia 20 de agosto. Em Taguatinga Centro, o posto com menor preço era o Petrolina, com R\$4,029. Na mesma região, Nenen's e Shell vendiam a R\$ 4,059. No Pistão Sul, onde o preço era pouco menor, o Shell e o Melhor venderam a R\$ 4,049, enquanto o Ipiranga, a R\$ 4,189.

Os postos da EPTG comercializaram por preço semelhante aos de Taguatinga Centro. O Ipiranga por R\$ 4,047, o Shell por R\$ 4,049 e o Garantia por R\$ R\$ 4,099. No Setor de Indústrias Gráficas, tanto o posto Petrobras quanto o Shell precificaram em R\$ 4,139.

Na Asa Sul, foi possível encontrar preços entre R\$ 4,179 (quadras 202, 204, 206,

207, 210) e R\$ 4,399 (109), o valor mais caro da pesquisa. Nos eixos da Asa Norte, o litro do combustível mais barato encontrado estava sendo vendido por R\$ 4,149 (103, 107, 112, 113, 208, 212). O preço mais caro da região era R\$ 4,199 (115, 204, 206, 210, 214).

O policial militar reformado José Caetano de Souza, 61, contou que a constante variação de preços nos postos de gasolina do DF incomodam o consumidor. “Deveria ter o controle, porque todo dia é um preço diferente. Cada posto vende a gasolina do jeito que quer. Parece até que é combinado, porque quando aumenta em um posto, aumenta em todos”.

O aposentado Paulo Roberto compartilha da mesma opinião. “Tem sempre um vai e vem no preço, que já é excessivamente alto. Você nunca sabe quanto vai pagar no dia seguinte. Paga um preço hoje, amanhã você não sabe como será”, relatou. Paulo comentou que, por gastar quase 20% da renda com gasolina, prefere pesquisar promoções e escolher com cautela onde abastecer.

*** Estagiária sob a supervisão de Cláudia Dianni**

- Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 20/9/19 27/9/19

Petrobras – Posto da Lava Jato	4,319	4,199
Petrobras – Eixo W 106 Sul	—	4,189
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,299	4,399
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,280	4,190
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,319	4,289
JarJour – Eixo L – 210 Sul	4,289	4,179
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,289	4,179
PB – Eixo L 206 Sul	4,289	4,179
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,319	4,179
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,293	4,179
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,399	4,199
JarJour – Eixo L – 206 Norte	4,259	4,199
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,259	4,149
Shell – Eixo L 212 Norte	4,399	4,149
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,199	4,199
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,399	4,199
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,199	4,149
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,199	4,149
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,199	4,149
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,259	4,149

Petrobras – SIG Quadra 3 4,295 4,139
Shell – SIG Quadra 3 4,259 4,139
Garantia – EPTG 4,299 4,099
Vtex – EPTG 4,299 —
Ipiranga – EPTG 4,299 4,047
Shell – EPTG — 4,049
Nenen's – Taguatinga Centro 4,199 4,059
Shell – Taguatinga Centro 4,099 —
Petrobras – SIA Trecho 1 4,299 —
Petrobrino – Taguatinga Centro 4,069 4,029
Petrobras – SIA Trecho 1 4,259 —
Shell – Pistão Sul — 4,049
Melhor – Pistão Sul — 4,049
Ipiranga – Pistão Sul — 4,189
Shell – Pistão Sul — 4,049
Petrobras – Ceilândia Centro — 3,999
Shell – Ceilândia Centro — 3,999
Ipiranga – Estrutural — 3,999
V-tex – Estrutural — 3,999

MME / ASCOM .